

TRABALHO, POLÍTICA, CLASSE, RAÇA E GÊNERO NA BAHIA, NO PÓS-SEGUNDA GUERRA

Edinaldo Antônio Oliveira Souza¹

“Mestra de todos os brasileiros na arte de conciliação e da ciência da contemporização”. Repositório de “tradições e valores caracteristicamente brasileiros”, um caso exemplar de “culturas que se interpenetram”, de “antagonismos sociais que se harmonizam”, de “raças que se aproximam umas das outras, com preconceitos cada vez menores a separá-las”.² Assim, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre caracterizou a Bahia em uma das suas passagens por Salvador, em janeiro de 1949.

Essa representação da sociedade baiana, difundida pelo sociólogo pernambucano, informou o pensamento social sobre a Bahia e os baianos, sua história e tempo presente. A eleição de Otávio Mangabeira para o governo do estado, em janeiro de 1947, um mestiço, representante da tradicional elite liberal, foi tratada na imprensa baiana como a reconquista pela Bahia do “seu destino histórico de guardiã de nossas mais nobres tradições democráticas”.³ Representava, pois, um reencontro da Bahia com suas tradições aristocráticas e patriarcais, em que as diferenças e os conflitos sociais eram suavizados pela intimidade, cordialidade, conciliação e o conagraçamento entre raças, culturas e classes. Desde a década de 1930 até, pelo menos, os anos 1960, a teoria da mestiçagem e o mito da “democracia social e étnica”, na formulação de Gilberto Freyre - ou “democracia racial”, na expressão de Arthur Ramos - dificultaram a abordagem do entrelaçamento da exploração e desigualdade de classe com o

¹ Doutor em História Social, professor da Universidade do Estado da Bahia, autor do livro: *Lei e Costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)*. Salvador: EDUFBA, 2012.

² “Na Bahia, estou sempre entre amigos”. *Diário de Notícias*, Salvador, 14 jan. 1949, p. 3. Ver também: FREYRE, Gilberto. *Bahia e baianos*. Edson Nery da Fonseca (Org.). Salvador: Fundação das Artes/Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

³ MAGALHÃES, Juracy. “Símbolo das aspirações do povo baiano”. *Estado da Bahia*, Salvador, 28 dez. 1946, pp. 1, 3. Para uma abordagem do pensamento social sobre a Bahia e os baianos nesse período, ver: SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 -1949)*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011; NEGRO, Antônio Luigi. “No Caminho de Areia. Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949)”. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 33, pp. 141-164, dez. 2012.

preconceito e discriminação racial nos mundos do trabalho (GUIMARÃES, 2002).

No final da Segunda Guerra Mundial, embora a derrocada do nazifascismo tenha favorecido uma discussão da questão racial, na Bahia a prevalência da teoria da mestiçagem e o mito da democracia racial dificultaram a abordagem da intersecção das categorias classe e raça nos mundos do trabalho. No campo das esquerdas, também havia certa dificuldade teórico-metodológica da intelectualidade e da militância tanto pecebista quanto trabalhista no tratamento da questão racial, embora não deixassem de reconhecê-la (CHADAREVIAN, 2012; SOTERO, 2015).

É certo que, pelo menos, desde a década de 1930 setores do ativismo negro mobilizaram iniciativas políticas e culturais que, em alguma medida, deram visibilidade à questão do preconceito e da discriminação racial no Brasil.⁴ No campo das ciências sociais, intelectuais negros, como Guerreiro Ramos, José Correia Leite e Abdias do Nascimento, redimensionaram o debate político e sociológico sobre a questão racial.

Estudos sociológicos realizados nos anos 1960/70 questionaram o mito da democracia racial e focalizaram as desigualdades e a discriminação de cor e classe no Brasil. Nessa conjuntura, a abordagem dessas questões e as possibilidades de sua superação, quase sempre, estiveram associadas às problemáticas da industrialização, do desenvolvimento nacional e da revolução brasileira, evidenciando o lugar do negro na sociedade de classes.⁵ Para Florestan Fernandes, o preconceito no Brasil seria uma reação das elites brancas, temerosas de perder privilégios patrimoniais em face das novas relações sociais próprias à ordem social competitiva (GUIMARÃES, 2002, p. 97).

Invertendo as conclusões de Freyre, segundo LARA (2010, p. 16), esses estudos:

⁴ Sem desconsiderar as especificidades teóricas e metodológicas de cada movimento, refiro-me a movimentos como: a Frente Negra Brasileira, a Imprensa Negra e o Teatro Experimental Negro.

⁵ Sem desconsiderar as especificidades de cada abordagem, refiro-me aos estudos de Thales de Azevedo, Roger Bastide, Octavio Ianni, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira.

atribuíram à dominação e à exploração escravistas as condicionantes que haviam alijado os negros do mercado de trabalho, impedindo-os de se integrarem à sociedade de classes [...] o racismo acabou sendo frequentemente explicado como um “legado da escravidão”

Nessa perspectiva:

o racismo perde historicidade: ao se tornar um fato decorrente da escravidão, ganha certa naturalidade, constituindo-se como uma prática a ser denunciada, mas que está sempre remetida a outro tempo – uma incômoda permanência do passado (LARA, 2010, p. 16)

A partir dos anos 1990, num contexto de ascensão dos movimentos negros e da discussão em torno da questão da identidade negra, *pari passu* com um processo de renovação teórica e metodológica no campo da História, muito se avançou na discussão da questão racial, tanto no plano do ativismo negro quanto no âmbito acadêmico. Desde então, estudos inovadores têm apontado para a centralidade do preconceito e da discriminação racial na abordagem do processo de formação socioeconômica, política e cultural do Brasil moderno.⁶ Entretanto, ainda são pouco diversificadas as pesquisas circunstanciadas, situadas em contextos específicos, baseadas em

⁶ SCHWARCZ, Lílían Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p. 147-185; SCHWARCZ, L. M. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001; Idem. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; FRY, Peter. “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a política racial brasileira”. *Revista USP*, n. 28, p. 122-135, 1995/96; Ver também: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia da Letras, 1996; GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999; Idem. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002; HASENBALG, Carlos. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992; CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão*. Histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007; SCOTT, Rebeca. *Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; RIOS, Ana L.; MATTOS, Hebe M. *Memórias do cativo*. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; NEGRO, Antônio L.; GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 18, nº 1, 2006, pp. 217-240.

fontes empíricas, que contemplam a abordagem da intersecção de questões classe e raça⁷ nos mundos do trabalho, mormente no pós 1945, na Bahia.⁸

Na edição de 13 de maio de 1949, o jornal pecebista *O Momento*, principal interlocutor do movimento sindical na Bahia no pós Segunda Guerra, lembrava que a luta contra a escravidão não terminou com a abolição. A matéria destacava os resultados da pesquisa realizada por Donald Pierson, entre 1935 e 1937, que evidenciavam as desigualdades entre pretos e brancos nos mundos do trabalho em Salvador. Apesar de não incluir os operários fabris, empregados nas indústrias açucareira, têxtil, fumageira, de móveis, bebidas e alimentos, nem os ferroviários, a amostragem apontou o predomínio dos “pretos relativamente puros” e dos “mulatos predominantemente escuros”, conforme a classificação do autor, nos postos menos qualificados ou considerados de menor status. (PIERSON, 1945, p. 241/3).

Tabela 1: Empregos em que parecem predominar os pretos – Bahia, 1936

Ocupações	Amostra	% Pretos	% Mulatos	% Brancos	% Cafuzos
Carregadores	100	93,0	7,0	0,0	0,0
Lavadeiras	200	89,5	9,5	0,0	1,0
Carroceiros	100	83,0	15,0	0,0	2,0
Pedreiros	125	82,4	16,8	0,0	0,8
Estivadores	125	81,6	15,2	1,6	1,6
Domésticas	250	78,8	18,8	0,8	1,6
Trabalhadores de rua	225	78,3	21,2	0,5	0,0
Baleiros ambulantes	100	77,0	21,0	1,0	1,0
Sapateiros	70	74,4	22,8	2,8	0,0

FONTE: PIERSON, D., 1945, op. cit.

⁷ O emprego dos conceitos de classe, raça e cor, no presente estudo, está assentado na perspectiva sociológica de Antônio Sérgio Guimarães. Ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio. “Raça, cor, cor da pele e etnia”. *Caderno de campo*. São Paulo, n. 20, p. 265-271, 2011; Idem. *Racismo e anti-racismo no Brasil*, op. cit.

⁸ Ver: LARA, Sílvia H. “Introdução: a história social e o racismo”. *Revista História Social*. Dossiê Racismo: História e Historiografia (n.19), segundo semestre de 2010. ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; SOUZA, Edinéia M. Oliveira. *Travessias e tramas: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição - Bahia (1888-1930)*. 1. ed. Salvador, Bahia, Brasil: EDUNEB, 2016.

Os pretos e mulatos também eram predominantes em outras funções de semelhante *status*, como as de vendedores ambulantes, jornaleiros, engraxates, motoneiros de bondes, motoristas de caminhão.⁹ Numa posição intermediária, nas ocupações de barbeiros, músicos de banda, lixeiros, fiscais e condutores de bondes, bombeiros, motoristas e cobradores de ônibus, motoristas de carros de aluguel, guardas civis e soldados, predominavam os mulatos, seguidos dos pretos e dos brancos.

Em contrapartida, nas profissões mais qualificadas e de *status* mais elevado predominavam os brancos: 84% dos bancários; 75% dos negociantes; 70,3% dos professores universitários; 67,1% dos advogados; 63% dos médicos; 57% dos professores secundários; 54,8% dos comerciários e 45,2% dos funcionários de repartições públicas. O estudo ilustra bem as polarizações raciais entre brancos e negros nos mundos do trabalho na Bahia. De acordo com o jornal comunista, mais de uma década após a realização da pesquisa, esse quadro pouco havia se alterado.

Apesar das evidências apontarem para a intersecção da desigualdade de classe com a discriminação e o preconceito racial, Pierson (1945) identificou na Bahia uma sociedade multirracial, cujo fator preponderante na determinação do “status” não era “a raça nem a cor, e sim a posse de características sociais relacionadas com a classe” (p. 31). Formado na Escola de Sociologia de Chicago, mas influenciado pela teoria da democracia racial¹⁰ no Brasil, o sociólogo norte-americano subestimou o preconceito e a discriminação racial. Conforme avaliou, as desigualdades de cor se inseriam no contexto geral da sociedade de classes ou de status, explicavam-se pelo recente

⁹ Entre os vendedores ambulantes, pretos e mulatos representavam 68,5% e 28%; entre os jornaleiros 68% e 31%; entre os engraxates 66% e 32,5%; entre os motoneiros de bonde 60% e 32% e entre os motoristas de caminhão 44,7% e 43,3%, respectivamente. (PIERSON, 1945, op. cit.)

¹⁰ A teoria da democracia racial teve como principal fonte inspiradora os estudos de Gilberto Freyre sobre a sociedade patriarcal e o paternalismo no Brasil. De acordo com o sociólogo e político pernambucano, a Bahia era a “Mestra de todos os brasileiros na arte de conciliação e da ciência da contemporização”, um caso exemplar de “culturas que se interpenetram”, de “antagonismos sociais que se harmonizam”, de “raças que se aproximam umas das outras, com preconceitos cada vez menores a separá-las”. (“Na Bahia, estou sempre entre amigos”. *Diário de Notícias*, Salvador, 14 jan. 1949, p. 3. Ver também: FREYRE, Gilberto. *Bahia e baianos*, op. cit.)

passado escravista e pelo processo abolicionista e tendiam a desaparecer no futuro com o avanço da mestiçagem.

Segundo esse mesmo autor, nos sindicatos de trabalhadores baianos predominavam “nitidamente as linhas de classe”. As “diferenças raciais” eram “postas de parte”, pois a liderança tendia a ser branca ou quase branca, mesmo nas associações predominantemente de pretos e de mulatos escuros. Todavia, diferente da análise do autor, a tendência de ser a liderança sindical “branca ou quase branca” tanto podia significar uma assimilação do preconceito racial pelos próprios trabalhadores quanto podia representar uma estratégia política dos empregados na tentativa de viabilização de suas pautas trabalhista, pois, numa sociedade fortemente marcada pela distinção racial, provavelmente os patrões e as autoridades públicas eram mais acessíveis às lideranças não brancas.

Contudo, se essa tendência efetivamente prevalecia na época em que foi realizado o referido estudo, uma década depois havia uma participação bem mais expressiva de trabalhadores pretos e mulatos ou pardos entre as lideranças sindicais na Bahia. No pós Segunda Guerra, muitos dos ativistas que se destacaram no movimento sindical baiano podiam ser facilmente identificados como pretos, mulatos e pardos.

O mecânico e líder transviário João Ribeiro dos Passos; os portuários Juvenal Souto Júnior e Cosme Ferreira; os estivadores João Cardoso de Souza, Jaime da Silva Maciel, Aloísio Gomes dos Santos e Manuel do Espírito Santo Gomes; os panificadores Antônio Rosa de Oliveira e Laurindo José de Santana; o empregado na construção civil Benedito Manoel do Nascimento; o tecelão e jornalista Demerval Araújo; o carregador de trapiche Antônio Marques da Luz; o ferroviário Vitorino Pita; o gráfico Florêncio Moreira; o artesão Narciso Bispo e o líder trabalhista Inácio Dias de Souza podiam ser facilmente identificados como afrodescendentes.¹¹

¹¹ Sem embargo das atuais discussões acerca da problemática de classificação da cor da pele, essa identificação teve como base a observação de fotografias dos sindicalistas publicadas em diversas edições do jornal *O Momento*, considerando as variáveis utilizadas no censo de 1950.



Sindicalistas candidatos a deputados estaduais pelo PCB nas eleições de 1947.

(Fonte: *O Momento*, 20 jan. 1 1947).

Alguns desses sindicalistas projetaram a questão racial como importante elemento de coesão da identidade social e mais um ingrediente da luta de classes. Candidato à Assembleia Nacional Constituinte pelo PCB, nas eleições de 1945, o líder portuário Juvenal Souto Júnior foi apresentado pelo jornal comunista *O Momento* como “legítimo herdeiro das gloriosas tradições de luta dos homens e mulheres da sua raça, os negros da Bahia, que dirigiram ou participaram dos movimentos de 1835 e seguintes contra a opressão e pela igualdade de direitos dos trabalhadores de cor”.¹²

Sua plataforma política exaltava as continuidades entre as tradições de luta dos negros contra a opressão na Bahia e as experiências operárias na luta por direitos, articulando-se elementos de cor e classe na conformação de uma identidade operária. A expressiva votação alcançada pelo candidato sugere que essa plataforma política encontrou acolhida, pelo menos, em parcelas da classe trabalhadora soteropolitana.

Em 1948, a questão racial também foi mobilizada na defesa do mandato parlamentar do deputado comunista Clarindo Silva, líder operário negro, no Rio de Janeiro. Na Bahia, o jornal comunista *O*

¹² “Os candidatos do povo baiano à Constituinte”. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 22 nov. 1945. Aperi, fundo DPS, C. E. da Bahia, D 885, fl. 316.

Momento denunciava que durante pronunciamento do deputado comunista Jaime Maciel¹³ em defesa de seu mandato, o único integrante negro na Assembleia Legislativa teria sido ofendido pelo pessedista Osvaldo Pinto de Carvalho, um “aristocrático neto de senhores de escravos”. Este teria retrucado que não estava ali para ouvir “um negro cínico da sua marca”.¹⁴ Para o cidadão negro, a ascensão a importante cargo de representação política legislativa não garantia a superação do estigma do preconceito racial.

Provavelmente, para Pinto de Carvalho, um representante das classes patronais, a cassação do mandato de Maciel representava não somente o expurgo do parlamento da inconveniente participação de um líder sindical comunista, mas também (e talvez principalmente) da incômoda presença de um operário negro. Passados apenas sessenta anos desde a abolição da escravidão, os estigmas do cativo, a discriminação e o preconceito racial continuavam (e ainda hoje continuam) a demarcar os lugares sociais de brancos e negros, ricos e pobres na sociedade soteropolitana. Para os representantes da elite patronal, em grande parte remanescente da elite senhorial, além do anticomunismo era intolerável a participação de empregados e sindicalistas, sobretudo negros, nos espaços de representação política.

Certamente, a narrativa de *O Momento* encontra-se inserida no contexto de radicalização do discurso comunista após a impugnação do registro legal do PCB e perante a cassação dos mandatos parlamentares pecebistas. Mas, em alguma medida, também expressa a posição assumida pelo PCB em relação à questão racial, desde a década de 1930, quando o partido (ou setores da intelectualidade e da militância pecebista) passa a reconhecer a existência do racismo e, por vezes, assume mais abertamente uma crítica ao problema, apesar dos limites teóricos de seu quadro analítico para a leitura dos problemas econômicos do país de uma maneira geral (Cf. CHADAREVIAN, 2012; SOTERO, 2015). Nesse período, a imprensa comunista

¹³ Jaime da Silva Maciel, líder sindical entre os estivadores, foi eleito deputado estadual pelo PCB nas eleições de janeiro de 1947, juntamente com o dirigente estadual, Giocondo Dias. Após a proscrição de PCB, teve o mandato cassado em janeiro de 1948. Antes, porém, foi eleito vereador de Salvador, nas eleições municipais de dezembro de 1947, concorrendo pelo PTN.

¹⁴ “Traído pela Câmara, o povo baiano”. *O Momento*, Salvador, 15 jan. 1948, pp. 1, 6; “Além de vendido à Circular, é racista”. *O Momento*, Salvador, 15 jan. 1948, p. 1.

procurava acomodar a questão racial aos esquemas teóricos formulados pelos intelectuais do PCB.

Conquanto algumas lideranças dos movimentos negros, especialmente no Rio de Janeiro, tenham se aproximado do PCB (a partir dos anos 1930) e do PTB (a partir de 1945), o preconceito racial não representava uma questão central no arcabouço teórico e programático pecebista nem tampouco do trabalhismo/getulismo, principais interlocutores políticos do movimento sindical na Bahia. Em linhas gerais, para as lideranças trabalhistas, a desigualdade de cor confundia-se com a problemática da cidadania do trabalhador nacional, cuja solução perpassava pela consolidação e ampliação da legislação trabalhista e pela participação popular no processo político-eleitoral (SORTERO, 2015).

Já no discurso majoritário comunista, a questão racial vinculava-se à pauta política e ideológica preconizada pelo PCB, notadamente a questão da desigualdade de classe e a luta contra o latifúndio e o imperialismo (CHADAREVIAN, 2012). A abordagem da discriminação e do preconceito racial imiscuía-se na discussão dos legados da escravidão, dos limites da abolição e da sobrevivência da cultura patriarcal paternalista – erroneamente classificados como “resquícios feudais”. Isso provavelmente ajuda a explicar porque a questão racial não integrou a pauta do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) nem tampouco as teses e resoluções do Segundo e do Terceiro Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos, em 1945 e 1946 respectivamente.

Em conferência alusiva à passagem do 13 de maio de 1948, o vereador comunista Almir Matos contestava a versão dos historiadores das classes dominantes, que atribuía aos “heróis” e “princesas” a abolição da escravatura, “quando esta foi resultado da luta dos escravos e das contradições econômicas da época”. Em seguida, traçava um quadro socioeconômico do Brasil, destacando a necessidade de “se continuar, organizadamente, a luta pela entrega das terras aos camponeses e contra o imperialismo norte-americano”.¹⁵ Aqui, a memória da abolição apresenta-se associada à pauta política pecebista da luta contra o latifúndio e o imperialismo.

¹⁵ “A Abolição foi uma conquista dos negros oprimidos”. *O Momento*, 14 mai. 1948, p. 2.

Naquele mesmo ano, em concurso de marchinhas carnavalescas, promovido por *O Momento*, um bloco carnavalesco da Estrada da Liberdade, tradicional bairro proletário negro em Salvador, deu visibilidade à intersecção das questões de trabalho, classe, raça e política. A letra do samba, entoada por cerca de trezentos e cinquenta trabalhadores pretos, afirmava: “Preto não é mais lacaio, preto não tem mais senhor”; “Hoje preto pode ser doutor, Deputado ou Senador”.¹⁶

Em matéria alusiva ao evento momesco, o articulista afirmava que a eleição de um líder operário negro, o empregado na construção civil Claudino José da Silva, como o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro, e do estivador Jaime Maciel, “preto também”, para deputado estadual na Bahia, indicava que o povo brasileiro “não tolerava tais preconceitos”. Todavia, o preconceito ainda era alimentado por “certos senhores da burguesia” que continuavam agindo “como se fossem senhores de escravos”, como o Sr. Pinto de Carvalho “que pretendeu insultar o deputado Jaime Maciel, chamando-o de negro”.¹⁷



¹⁶ “Preto não é mais lacaio!”. *O Momento*, Salvador, 1 fev. 1948, p. 1.

¹⁷ Ibid.



Claudino José da Silva. Fonte: pcb.org.br

Jaime Maciel. Fonte: *O Momento*

Em 1949, à medida que se projetava o cenário da guerra fria, no plano global, e tomava curso a política anticomunista do governo Dutra, no âmbito nacional, *O Momento* reproduzia notícias sobre o racismo, reverberadas pelo movimento negro norte-americano. Para a folha comunista, se no contexto da Segunda Guerra os racistas eram os alemães nazistas, com o advento da guerra fria, racista passava a ser a “democracia” da América do Norte, “onde os pretos eram linchados e não tinham direitos diante dos brancos considerados superiores”.¹⁸

Nesse contexto, a abordagem da discriminação e do preconceito racial tanto estava associada à conjuntura do pós Segunda Guerra quanto era uma imposição da própria experiência negra. À medida que se ampliava, ainda que limitadamente, a presença negra nos espaços públicos, inclusive de representação política, o problema do preconceito racial tanto ficava, cada vez mais, evidente, quanto ocupava maior espaço no debate político e intelectual, ainda que de forma marginal e atravessado por filtros programáticos e ideológicos.

A intersecção entre trabalho, classe, raça e política também é evidenciada nas memórias de antigos sindicalistas negros. Em entrevista concedida ao Núcleo de História Oral e Documentação Contemporânea, da UFBA, em 1983, o líder transviário negro, João

¹⁸ “Discriminação racial!”. *O Momento*, 4 mar. 1949.

Ribeiro dos Passos, importante ativista sindical na conjuntura analisada, rememora que na empresa onde trabalhava, a Companhia Linha Circular, subsidiária da norte-americana “*Bond and Share*”, o diretor Anísio Massora era odiado pelos empregados, por ser “um racista miserável, que não gostava de nenhum preto”.¹⁹

João R. dos Passos participou ativamente do movimento sindical no pós Segunda Guerra, foi candidato a deputado constituinte pelo PCB em 1945. Empregado estável, enfrentou um inquérito trabalhista movido pela referida empresa, sendo acusado de praticar calúnia, injúria e difamação contra a empregadora, durante um comício realizado na Praça da Sé, em Salvador. Depois de uma longa e agitada disputa jurídica, foi demitido por justa causa. Em suas memórias, as questões de trabalho, classe e raça se entrelaçam com a bandeira política e ideológica pecebista da luta contra o imperialismo.

Outra situação que apontou para a intersecção entre trabalho, política, classe e raça foi noticiada pelo jornal *A Tarde*, na edição de 15 de junho de 1946. Segundo o articulista da matéria, enquanto colocavam as amarras do navio espanhol Nafarrete, no porto de Salvador, o atracador Júlio Neves da Silva e alguns “aguadeiros” teriam sido insultados pelos marinheiros que gritavam: “depressa macacos!”. Em protesto contra a ofensa de conotação racista, os estivadores do porto suspenderam o serviço de descarga e só retornaram aos seus postos após entendimentos intermediados pelo sindicato da categoria.²⁰

Para além do protesto dos estivadores contra o insulto racial, provavelmente a paralisação foi influenciada também pelo movimento de boicote dos portuários e estivadores aos navios espanhóis, estimulado pelos comunistas, que atingiu outros portos brasileiros, em protesto contra o fascismo franquista.²¹ Seja como for, os casos citados expressam bem o entrelaçamento de questões de trabalho, classe, raça e política na experiência operária e sindical.

¹⁹ Entrevista de João Ribeiro dos Passos. Acervo do projeto “Memória do Movimento Operário Baiano”. Núcleo de História Oral e Documentação Contemporânea (NHODOC), Salvador, UFBA, 1983. Depoimento transcrito, 57 fls. Ver também: GOMES, José Carlos de S. *A dupla exploração e a discriminação do trabalhador negro nas indústrias petroquímicas e químicas de Camaçari*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). João Pessoa: UFPB, 1985.

²⁰ “Não foi adiante a greve no cais”. *A Tarde*, Salvador, 15 jun. 1946, p. 2.

²¹ Ver: SILVA, Fernando T. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). Santos, SP: Hucitec, 1995, p. 114/20.

No pós-1945, conforme assinalou Guimarães (2002), a emergência de um projeto com “um forte viés nacionalista, tanto em termos econômicos quanto culturais [...] ofereceu aos negros uma melhor inserção econômica e transformou em nacionais ou regionais as diversas tradições culturais de origem africana ou luso-afro-brasileira”. Nesse contexto, a “grande mobilidade espacial da população e a ‘integração dos negros na sociedade de classes’ *como trabalhadores e brasileiros negros*” corroboravam a tese de que “se o Brasil não era de fato, deveria ser, no devir, uma democracia racial”. Contudo, nesse período, “o protesto negro ampliou-se e amadureceu intelectualmente”.

Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população “de cor” continuava marginalizada nas favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência. Serão justamente os negros em ascensão, aqueles recentemente incorporados à sociedade de classes, que verbalizarão com maior contundência os problemas da discriminação, do preconceito e das desigualdades. (GUIMARÃES, 2002, p. 88/89).

Certamente, numa sociedade, como a soteropolitana, onde a discriminação e a desigualdade de classe aliadas à exploração do trabalho, quase sempre, se apresentavam imbricadas com o preconceito e a discriminação de cor, a abordagem da questão racial tanto era uma demanda quanto uma imposição da própria experiência operária e sindical. Frequentemente, a analogia com a escravidão era uma estratégia utilizada tanto pelas lideranças sindicais quanto pelos próprios trabalhadores para denunciar a opressão e a exploração patronal e para reivindicar direitos e melhorias trabalhistas.²² Ainda hoje, não é incomum ouvirmos os trabalhadores utilizarem essa mesma analogia em referências a situações de injustiça, opressão e exploração nas relações de trabalho.

²² “Vida de escravos, a dos caixeiros de armazéns”. *O Momento*, 18 mai. 1949, p. 5; “Trabalhamos como no tempo da escravidão”. *O Momento*, 7 abr. 1949, p. 5; “Trabalho escravo na Óleos Vegetais”. *O Momento*, 20 dez. 1949, p. 5.

CLASSE, GÊNERO, RAÇA, TRADIÇÃO E POLÍTICA

Em novembro de 1948, na plenária da Assembleia Legislativa da Bahia, o deputado trabalhista Joel Presídio relatou que o pai de uma estudante, visivelmente contrariado, lhe confidenciou que o governo estava recrutando, nas escolas públicas, “mocinhas de cor” para servirem de copeiras, no almoço a ser servido ao Presidente Dutra em visita à Bahia, sendo tratadas como “simples garçonetes” para “os adeptos de copa e cozinha”. O deputado petebista e o jornal comunista *O Momento*, contrários às homenagens ao mandatário, consideraram o caso como um “insulto aos negros”.²³

Na Bahia, estado onde as mulheres negras sempre representaram uma parcela significativa dos mundos do trabalho e, pelo menos, duas das principais categorias operárias eram majoritariamente femininas - a têxtil e a fumageira - (sem falar dos serviços domésticos e do comércio de rua), na experiência das mulheres negras, certamente a exploração, a opressão e a discriminação no trabalho encontram-se entrelaçadas com a discriminação e o preconceito de classe, gênero e raça.²⁴ Esse é outro campo fértil para novas pesquisas no campo da História Social do Trabalho. Nessa perspectiva, os processos trabalhistas de empregadas gestantes, que requereram judicialmente o direito de proteção à maternidade, constituem outra potencial fonte de pesquisa, embora geralmente não façam referência à cor da reclamante.²⁵

Em agosto de 1945, Marciana Soares da Conceição, solteira, residente no município de São Félix, reclamou na Justiça do Trabalho

²³ “Os homenageantes do Sr. Dutra insultam os negros!”. *O Momento*, Salvador, s. d.

²⁴ Ver: SARDENBERG, Cecília M. B. [et. al.]. “Mulheres e sindicatos: presença feminina no Sindtêxtil-Bahia nos anos 50”. In: SARDEMBERG, Cecília M. B.; VANIN, Iole M.; ARAS, Lina, M. B. [Orgs.] *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001, pp. 136-160; FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cultura popular na belle époque imperfeita*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994. Para uma abordagem da interseccionalidade de raça, classe e gênero, ver: DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016; STOLKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade?”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, pp. 101-117, jun. 1991.

²⁵ Ver: SOUZA, Edinaldo A. Oliveira. “Mulheres operárias e luta jurídica pela proteção à maternidade em comarcas do Recôncavo baiano (1943-1949)”. *Revista Cadernos de Pesquisa*. Uberlândia: UFU, v. 24, n.2, jul./dez. 2011, p. 433-455.

que, encontrando-se no sétimo mês de gestação, teve o direito de proteção à maternidade sonogado pelo armazém fumageiro Luiz Barreto Filho e Cia., sob a alegação de que seu contrato de trabalho havia expirado. Entretanto, um atestado médico apenso à reclamação informava que o contrato estava vigente quando ela procurou a empresa para tratar do direito.

Posteriormente, quando ela tentou retornar ao serviço, foi recusada pelo gerente por ter reclamado contra o patrão na Justiça do Trabalho além de ouvir a ironia de que “o patrão não botou um armazém de fumo para ela embuchar”. Também foi negado trabalho a uma colega, Faustina Santos, por ter testemunhado a seu favor. O processo apresenta-se inconcluso, o que sugere uma conciliação ou desistência pela reclamante.²⁶

Em novembro do mesmo ano, outra empregada, Etelvina Santos, também solteira, reclamou contra a mesma firma, por sonogação do auxílio natalidade. Conforme relatou nos autos do processo, o gerente da firma ainda ironizou que “ali não era o Banco do Brasil, pois as operárias fabricavam filhos e iam buscar dinheiro”. Outra vez, a defesa alegou que a reclamante prestava serviço temporário e que seu contrato já havia expirado quando reivindicou o direito. Rechaçadas pelas partes as tentativas de conciliação, o juiz considerou improcedente a reclamação.²⁷

Além do motivo alegado pelas reclamantes, os três processos citados apresentam outros aspectos em comum. As cidades de Cachoeira e São Felix concentravam fábricas de charutos e inúmeros armazéns de beneficiamento do fumo em folha para a exportação, que empregavam numerosa mão de obra feminina. Se considerarmos que as duas cidades estão localizadas no Recôncavo baiano, uma região de população predominante constituída por afrodescendentes, não seria absurdo conjecturar que essas trabalhadoras fossem negras, entretanto, os processos trabalhistas não nos informam a este respeito.

²⁶ BAHIA. Poder Judiciário. Fórum de Cachoeira. Reclamação trabalhista de Marciana Soares da Conceição contra L. Barreto Filho e Cia, 20 out. 1945. APMC, Reclamações trabalhistas, 1941 a 1949.

²⁷ BAHIA. Poder Judiciário. Fórum de Cachoeira. Reclamação trabalhista de Etelvina Santos contra L. Barreto Filho e Cia., 14 nov. 1945. APMC, Reclamações trabalhistas, 1941 a 1949.

Embora a sonegação de direitos independesse do sexo do trabalhador, parece que tal procedimento se avultava em relação às mulheres, mormente quando solteiras e grávidas ao pleitearem a licença maternidade, apesar de a lei não prever nenhum tratamento diferenciado em relação à mãe solteira. O fato de serem as duas empregadas solteiras (ou pelo menos não serem formalmente casadas) e a atitude jocosa do chefe perante a reivindicação do direito de proteção à maternidade aponta para uma interseccionalidade entre exploração do trabalho, discriminação e preconceito de classe, gênero e, quiçá, de raça nas experiências dessas operárias.

Outra frente inovadora de pesquisa histórica encontra-se na possível presença de tradições negras na experiência operária e sindical na Bahia.²⁸ Em suas memórias, o líder transviário João Ribeiro dos Passos aponta para presença de tradições africanas nas origens do sindicalismo baiano. Conforme rememora, no início da sua experiência sindical, a linguagem predominante na comunicação das lideranças com as bases assentava-se na oralidade, “no nagô”. O nagô africano, explica: “Era assim, conversa de pé de ouvido. Não havia documento, mesmo porque o nível, vamos dizer, cultural era baixíssimo, não existia” (referindo-se à cultura letrada).²⁹

Diversas situações tratadas nesse artigo, como a plataforma política de Juvenal Souto Júnior nas eleições de 1945 para a Assembleia Nacional Constituinte, as memórias de João Ribeiro dos Passos, o boicote dos estivadores ao trabalho e outras formas de protesto contra o preconceito e a discriminação sócio racial sinalizam continuidades e ressignificações da experiência negra nas lutas e organizações operárias do século XX. Tradições culturais afro-brasileiras foram apropriadas e reinventadas pelos trabalhadores na luta por cidadania e por direitos trabalhistas. Eis outra importante dimensão da experiência negra, que pode se revelar um campo promissor de investigação da História Social do Trabalho.

²⁸ A este respeito, ver: SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre!* Trabalhadores e conflitos no pós-abolição. (Bahia 1892-1909). Salvador; São Paulo: Ed. Ufba; Fapesp, 2011. Um estudo que pode ser considerado pioneiro na abordagem da continuidade dessas tradições é: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Ver também: CRUZ, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000.

²⁹ Entrevista de João Ribeiro dos Passos, op. cit.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHADAREVIAN, Pedro C. “Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)”. *Política e sociedade*. Florianópolis, v. 11, n. 20, abr. 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000, p. 243-290.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão*. Histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cultura popular na belle époque imperfeita*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Bahia e baianos*. Edson Nery da Fonseca (Org.). Salvador: Fundação das Artes/Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

FRY, Peter. (1995-1996), “O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a política racial brasileira”. *Revista USP*, n. 28, 1995/96, p. 122-135.

GOMES, José Carlos de S. *A dupla exploração e a discriminação do trabalhador negro nas indústrias petroquímicas e químicas de Camaçari*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). João Pessoa: UFPb, 1985.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Classes, raças e democracia*. 34ª ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.

_____. GUIMARÃES. “Raça, cor, cor da pele e etnia”. *Caderno de campo*. São Paulo, n. 20, p. 265-271, 2011.

GUIMARÃES. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HASENBALG, Carlos. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

LARA, Silvia Hunold. “Introdução: a história social e o racismo”. *Revista História Social*. Dossiê Racismo: História e Historiografia (n.19), segundo semestre de 2010.

_____. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, vol. 16, fev. 1998, p. 25-38.

NEGRO, Antônio Luigi. “No Caminho de Areia. Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949)”. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 33, pp. 141-164, dez. 2012.

_____. GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 18, nº 1, 2006, pp. 217-240.

PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Bahia/ Recife/ Pará/ Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1945.

RIOS, Ana L.; MATTOS, Hebe M. *Memórias do cativo*. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SARDENBERG, Cecília M. B. [et. al.]. “Mulheres e sindicatos: presença feminina no Sindtêxtil–Bahia nos anos 50”. In:

SARDEMBERG, Cecília M. B.; VANIN, Iole M.; ARAS, Lina, M. B. [Orgs.] *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*. Salvador:

NEIM/UFBA, 2001, pp. 136-160.

SCHWARCZ, Lílían Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. SCHWARCZ, Lílían Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996. p. 147-185.

SCOTT, Rebeca. *Além da Escravidão*: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Paulo Santos. Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 -1949). 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

SOTERO, Edilza Correia. *Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2015.

SOUZA, Edinaldo A. Oliveira. “Mulheres operárias e luta jurídica pela proteção à maternidade em comarcas do Recôncavo baiano (1943-1949)”. *Revista Cadernos de Pesquisa*. Uberlândia: UFU, v. 24, n.2, jul./dez. 2011, p. 433-455.

SOUZA, Edinélia M. Oliveira. *Travessias e tramas*: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição - Bahia (1888-1930). 1. ed. Salvador, Bahia, Brasil: EDUNEB, 2016.

SOUZA, Robério S. *Tudo pelo trabalho livre!* Trabalhadores e conflitos no pós-abolição. (Bahia 1892-1909). Salvador; São Paulo: Ed. Ufba; Fapesp, 2011.

STOLKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade?”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, pp. 101-117, jun. 1991.

Recebido em 05/11/2019

Aprovado em 05/12/2019